TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
CENAF, Lote 7, Variante 2 - Bairro Capucho - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - http://www.tre-se.jus.br
(79) 3209-8679_sti@tre-se.jus.br

PORTARIA 175/2024

Atualização de versão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) para o biênio 2023-2024.

A Excelentíssima Senhora Desembargadora **ANA LÚCIA FREIRE DE ALMEIDA DOS ANJOS**, PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 28, inciso XXXIV, do Regimento Interno do Tribunal,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CNJ nº 370, de 28 de janeiro de 2021, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a sintonia, alinhamento de iniciativas, de prioridades e de forma de atuação da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) com o disposto na ENTIC-JUD e no Plano Estratégico Institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe;

CONSIDERANDO a complexidade inerente aos projetos e soluções de tecnologia da Informação e comunicação (TIC), que envolvem altos custos de aquisição, desenvolvimento, implantação, manutenção e suporte, sendo imprescindível a existência de um planejamento específico, a fim de reduzir os índices de insucesso, os custos e os riscos relacionados,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na forma do anexo (1494827), a versão 1.5 do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) para o biênio 2023-2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Documento assinado eletronicamente por **ANA LUCIA FREIRE DE ALMEIDA DOS ANJOS**, **Presidente em Exercício**, em 20/02/2024, às 12:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1495098** e o código CRC **771280AF**.

Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2023-2024

Fevereiro 2024
Versão 1.5

Presidente em Exercício
Desa. Ana Lúcia Freire de Almeida dos Anjos

Vice-Presidente Corregedora
Desa. Ana Lúcia Freire de Almeida dos Anjos

Juiz Federal
Dr. Edmilson da Silva Pimenta

Juizes de Direito
Dr. Hélio de Figueiredo Mesquita Neto

Jurista
Dr. Breno Bergson Santos
Dr. Cristiano César Braga de Aragão Cabral

Procuradora
Dra. Aldirla Pereira de Albuquerque

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO....4
2. CONTEXTO INSTITUCIONAL DO TRE-SE....4
2.1 Funções e responsabilidades....4
2.2 Estrutura Organizacional....5
2.3 Missão, Visão e Valores do TRE-SE....5
3. CONTEXTO INSTITUCIONAL DA STI....5
3.1 Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação....6
4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO....7
4.1 Missão, Visão e Valores da STI....7
4.2 Objetivos Estratégicos de TIC que apoiam a visão da organização....7
4.3 Mapa Estratégico de TIC....8
4.4 Integração dos Objetivos de TIC com as Estratégias Institucionais e Nacionais....9
5. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL....9
5.1 Expectativas das Partes Interessadas....10
5.2 Estrutura da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI)....11
5.3 Quantitativo de Recursos Humanos da STI....12
5.4 Identificação de desafios, pontos fortes e pontos fracos....12
5.5 Análise de Recursos, Tecnologias e Capacidades Existentes....13
6. AVANÇOS E REALIZAÇÕES DE TIC....14
6.1 Desempenho no iGovTIC-JUD....14
6.2 Deliberações dos comitês relacionados à TIC....14
6.3 Iniciativas relevantes....16
6.4 Segurança cibernética....20
6.5 Resultados alcançados em 2023....21
7. MATERIALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE TIC PARA 2024....21
7.1 Planos e processos de TIC mais relevantes....22
7.2 Investimentos em tecnologia da informação e comunicação....22
7.3 Metas e indicadores de desempenho....23
8. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS....23
ANEXO I....25
ANEXO II....28
ANEXO III....29

1. APRESENTAÇÃO

Em virtude da constante necessidade de adaptação e melhoria das estratégias de Tecnologia da Informação e Comunicação, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) tem a satisfação de apresentar a nova versão de seu Plano Diretor de TIC (PDTIC), referente ao período 2023-2024.

O PDTIC é resultado de um processo de análise aprofundada dos direcionadores externos e internos que impactam o ambiente de TIC do Tribunal, levando em consideração as expectativas e necessidades das partes interessadas, como a sociedade, os órgãos reguladores e fiscalizadores, além dos usuários internos.

Essas considerações, juntamente com a missão, a visão e a estratégia organizacional, delineadas no Plano Estratégico Institucional (PEI) para o período de 2021 a 2026, têm como objetivo garantir que a governança e a gestão de TIC estejam alinhadas aos objetivos e desafios institucionais.

Neste panorama, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI), como responsável pela provisão interna de serviços de TIC, desempenha um papel fundamental na definição dos Objetivos e Metas de Tecnologia da Informação e Comunicação, juntamente com os respectivos indicadores, todos estrategicamente alinhados às diretrizes institucionais.

Esta versão do PDTIC oferece uma visão clara do estado atual da governança e gestão de TIC, destacando os desafios e oportunidades que temos pela frente. O documento também delineia as iniciativas e projetos prioritários para 2024, projetados para atender às crescentes demandas institucionais.

Juntos, avançamos para um futuro mais conectado e eficiente.

2. CONTEXTO INSTITUCIONAL DO TRE-SE

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe é uma instituição pública de extrema importância no sistema eleitoral do Brasil. Sua atuação está intrinsecamente ligada à condução dos processos eleitorais, desempenhando um papel fundamental na organização e supervisão das eleições no âmbito regional.

Além disso, contribui para a manutenção da estabilidade política e do regime democrático do país. Seu compromisso com a legalidade e a equidade nas eleições é essencial para a confiança do público nas instituições democráticas.

2.1 Funções e responsabilidades

O TRE de Sergipe é responsável por diversas funções relevantes para o funcionamento do sistema eleitoral, incluindo:

Organização de Eleições: O tribunal é encarregado de planejar e executar todas as fases do processo eleitoral, desde o registro de eleitores até a apuração e proclamação dos resultados eleitorais. Isso inclui a coordenação de eleições municipais e estaduais.

Registro de Eleitores: O TRE supervisiona o registro de eleitores, garantindo que os cidadãos estejam aptos a votar, mantendo um cadastro eleitoral atualizado.

Apoio à Fiscalização Eleitoral: A instituição dá suporte às diversas entidades fiscalizadoras do processo eleitoral, responsáveis por monitorar a conduta de candidatos, partidos políticos e eleitores, para que sejam investigadas denúncias de irregularidades, com o propósito de assegurar a lisura e a transparência do processo eleitoral.

Julgamento de Processos Eleitorais: O tribunal julga processos relacionados a infrações eleitorais e questões legais decorrentes do processo eleitoral.

Divulgação de Informações Eleitorais: O TRE fornece informações importantes para os eleitores, como locais de votação, candidatos e orientações sobre como votar.

Capacitação de Mesários e Colaboradores: Treina mesários e colaboradores que atuam nos locais de votação para garantir a execução adequada das eleições.

2.2 Estrutura Organizacional

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe é composto por desembargadores, juízes eleitorais, servidores públicos e demais profissionais que contribuem para o funcionamento eficaz da instituição. Sua estrutura organizacional (organograma) é projetada para atender as complexas demandas das eleições.

2.3 Missão, Visão e Valores do TRE-SE

A instituição tem como **Missão** garantir a legitimidade do processo eleitoral. Sua **Visão** é ser reconhecida pela excelência, credibilidade, eficiência e transparência na prestação dos serviços eleitorais.

Seus **Valores** fundamentais incluem ética, acessibilidade, eficiência, transparência, imparcialidade, comprometimento sócio-ambiental, coerência, celeridade, humanização e inovação.

3. CONTEXTO INSTITUCIONAL DA STI

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) permeia todas as operações e procedimentos do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), desempenhando um papel fundamental na asseguração da transparência, eficiência e confiabilidade do sistema eleitoral.

Neste cenário, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) exerce um papel essencial ao apoiar a condução das eleições e, ao mesmo tempo, desenvolver, manter e aprimorar sistemas, infraestrutura tecnológica e segurança cibernética que atendam as necessidades das Unidades do TRE-SE. Isso é realizado com a adoção de melhores práticas de gestão, garantindo a eficácia e eficiência de suas operações.

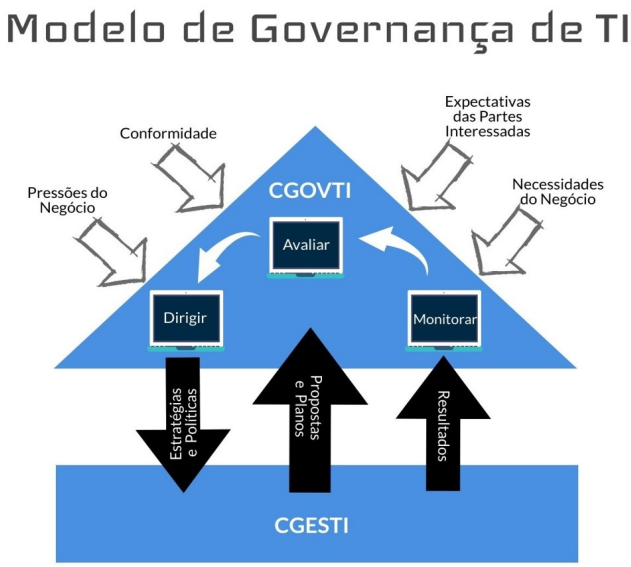
Torna-se evidente, assim, que a importância estratégica da TIC está intrinsecamente ligada à missão do Tribunal de assegurar a legitimidade do processo eleitoral. A utilização eficiente da tecnologia não apenas acelera os procedimentos eleitorais, mas também reforça a salvaguarda dos dados dos eleitores, a prevenção de fraudes e a garantia da

transparência das eleições.

3.1 Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

A Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) é orientada e supervisionada por comitês especializados, garantindo alinhamento com os padrões legais e melhores práticas do setor. Essa estrutura se baseia em um modelo de governança corporativa de TIC que busca maximizar o valor gerado para todas as partes interessadas e assegurar a eficácia no uso dos recursos de tecnologia.

As principais entidades responsáveis pela governança e gestão de TIC são o Comitê de Governança de TI (CGovTI) e o Comitê de Gestão de TI (CGesTI). Esses comitês desempenham um papel fundamental na tomada de decisões estratégicas, gerenciamento de riscos, definição de arquitetura e infraestrutura, e na priorização de investimentos em tecnologia. Eles atuam em consonância com os princípios estabelecidos pela norma ABNT NBR ISO/IEC 38500:2015 e pelas diretrizes da Portaria TRE-SE 813/2021.



A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI), por sua vez, conduz a execução operacional dessa governança. Ela é encarregada de prover serviços, soluções, suporte e infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, seguindo as diretrizes estabelecidas pelos comitês. Suas atividades são realizadas em conformidade com o regulamento interno do Tribunal e observando as leis e diretrizes estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunal de Contas da União (TCU), Governo Federal, além de padrões internacionais em acessibilidade, transparência de dados, segurança cibernética e governança digital.

A colaboração entre os comitês de governança e gestão e a STI assegura que as iniciativas de TIC estejam alinhadas ao Planejamento Estratégico Institucional, ao

Planejamento Estratégico Nacional do Poder Judiciário e à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), conforme determina a Resolução CNJ 370/2021.

A transparência ativa é uma prioridade nesse modelo de governança. Todos os atos e decisões dos comitês, assim como as realizações da STI, são regularmente publicados no Portal de Governança de TIC do TRE-SE, garantindo visibilidade e responsabilização perante as partes interessadas.

4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O alinhamento estratégico da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com a estratégia institucional é fundamental para garantir que as soluções tecnológicas contribuam efetivamente para os objetivos globais da organização.

Nesta seção, exploramos como a TIC pode não apenas suportar, mas também impulsionar os objetivos institucionais, garantindo uma sinergia entre tecnologia e a visão organizacional.

4.1 Missão, Visão e Valores da STI

O Referencial Estratégico da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) é definido por sua Missão, Visão e Valores.

A **Missão** é prover soluções tecnológicas eficazes para apoiar o TRE-SE em sua função institucional. A **Visão** é ser reconhecida pela excelência em serviços e soluções de TIC na Justiça Eleitoral. Os **Valores** da STI incluem colaboração, foco em resultados, transparência, inovação e valorização das pessoas.

4.2 Objetivos Estratégicos de TIC que apoiam a visão da organização

Os objetivos estratégicos (macrodesafios) de TIC são os pilares que sustentam a visão da organização, transformando aspirações em realidade tangível. Esta seção concentra-se em definir objetivos claros e mensuráveis para a TIC que estejam em perfeita harmonia com a visão organizacional, garantindo que cada investimento e iniciativa tecnológica seja um passo em direção ao futuro desejado.

Importante destacar que os Objetivos Estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação, detalhados no quadro a seguir, foram definidos com base na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD 2021-2026) e no Plano Estratégico do TRE-SE:

Código	Objetivo Estratégico	Significado
OE1	Fomentar uma cultura centrada no usuário	Visa elevar a qualidade dos serviços oferecidos pelo Tribunal, tanto em atendimentos presenciais quanto virtuais, focando na otimização da experiência do usuário. Isso inclui aperfeiçoar processos, investir em treinamento de equipe para um atendimento mais eficiente e empático, e implementar soluções tecnológicas inovadoras que atendam melhor às necessidades e expectativas dos usuários.

Código	Objetivo Estratégico	Significado
OE2	Apoiar a transformação digital do TRE-SE com soluções inovadoras	Envolve a introdução de tecnologias digitais avançadas para aumentar a produtividade, aprimorar a experiência do cliente, reduzir custos e eliminar desperdícios, alinhando-se com as necessidades em evolução das partes interessadas.
OE3	Promover a melhoria contínua da equipe da STI	Concentra-se no aperfeiçoamento constante das habilidades e competências da equipe de TIC, incluindo educação, qualificação técnica, experiência e desenvolvimento de habilidades comportamentais.
OE4	Fomentar a busca conjunta por soluções	Visa a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos entre órgãos do Poder Judiciário para economizar recursos e aumentar a eficiência no desenvolvimento de soluções de TIC.
OE5	Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC	Foca no fortalecimento das práticas de governança e gestão de TIC, seguindo normas estabelecidas, boas práticas, legislação vigente e recomendações de órgãos de controle.
OE6	Aprimorar as aquisições e contratações de soluções de TIC	Destina-se a melhorar o planejamento e a execução de aquisições de TIC, em conformidade com a Resolução CNJ Nº 486/2022 e regulamentações pertinentes.
OE7	Aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados	Busca garantir a segurança, a integridade e a disponibilidade das informações e aprimorar os processos de gestão e transparência dos dados relevantes para o TRE-SE.
OE8	Entregar soluções de TIC que satisfaçam as necessidades a um custo aceitável	Visa desenvolver soluções de TIC que entreguem valor às partes interessadas, mantendo um equilíbrio entre risco e uso eficiente dos recursos.

Quadro 1: Objetivos estratégicos de TIC

4.3 Mapa Estratégico de TIC

O mapa estratégico, apresentado no **Anexo I** deste Plano Diretor, ilustra visualmente como os objetivos estratégicos de TIC estão alinhados com as perspectivas do Balanced Scorecard.

O Balanced Scorecard (BSC) é uma metodologia de gestão estratégica que utiliza diferentes perspectivas para proporcionar uma visão equilibrada do desempenho organizacional.

O mapa estratégico de TIC do TRE de Sergipe é composto por três categorias principais que refletem as perspectivas da metodologia:

Partes Interessadas – Esta perspectiva abrange o compromisso com a satisfação e o engajamento das partes interessadas, refletido no objetivo estratégico de cultivar uma cultura centrada no usuário. Isso demonstra a prioridade dada à experiência e às necessidades dos usuários de sistemas e soluções informatizadas.

Processos Internos – Dentro desta perspectiva, os objetivos estratégicos são focados em melhorar a eficiência e eficácia dos processos internos da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI).

Aprendizado e Crescimento – Esta categoria refere-se à capacitação e ao

desenvolvimento contínuo dos colaboradores e dos processos organizacionais.

4.4 Integração dos Objetivos de TIC com as Estratégias Institucionais e Nacionais

O alinhamento estratégico entre os objetivos de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe e as diretrizes mais amplas estabelecidas pela Estratégia Nacional de TIC do Judiciário e pelas políticas institucionais do próprio TRE-SE é o foco central desta unidade.

Este alinhamento é essencial para assegurar que as iniciativas de TIC não só atendam às necessidades imediatas, mas também estejam em harmonia com os objetivos de longo prazo e estratégias gerais do Judiciário.

ENTIC-JUD	TRE-SE	PDTIC
Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade	Fomentar uma cultura centrada no usuário
Promover a Transformação Digital	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Apoiar a transformação digital do TRE-SE com soluções inovadoras
Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Promover a melhoria contínua da equipe da STI
Buscar a Inovação de Forma Colaborativa	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Fomentar a busca conjunta por soluções
Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC
Aprimorar as Aquisições e Contratações	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	Aprimorar as Aquisições e Contratações de Soluções de TIC
Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados
Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Entregar soluções de TIC que satisfaçam as necessidades, a um custo aceitável

Quadro 2: Alinhamento entre os planos estratégicos

5. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

O diagnóstico da situação atual é um passo crítico na construção do PDTIC, pois fornece o conhecimento necessário para planejar, priorizar e executar ações que levarão a melhorias significativas na infraestrutura e nos serviços de TI, alinhados aos objetivos da organização.

Além disso, auxilia na identificação das áreas que requerem ação prioritária, na alocação eficiente de recursos, na identificação de lacunas (gaps) entre a situação atual e a situação desejada em termos de TI, servindo de linha de base a partir da qual o progresso pode ser medido.

5.1 Expectativas das Partes Interessadas

Conforme preconizado pelo Modelo Corporativo para Governança e Gestão de TI da Organização, COBIT 5, é essencial reconhecer que as organizações existem primordialmente para criar valor para suas partes interessadas.

Nesse contexto, identificamos os atores-chave que, em diversos graus, influenciam ou são impactados pelas decisões relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Tribunal. A compreensão de suas expectativas é fundamental para orientar nossas ações no campo da TIC.

EXPECTATIVAS INTERNAS	
Parte Interessada	**Principais Expectativas**
• Secretário de TIC	• Adequação da estrutura organizacional da Secretaria. • Alocação adequada de recursos financeiros, humanos e materiais para atender às demandas do negócio. • Controle eficaz dos custos relacionados à TIC. • Motivação e comprometimento das equipes com os objetivos estabelecidos. • Desenvolvimento e manutenção das habilidades e conhecimentos necessários para a prestação de serviços de alta qualidade.
• Coordenadores • Chefes de Seção • Servidores da STI • Terceirizados da STI	• Alocação adequada de recursos financeiros, humanos e materiais para atender às demandas do negócio. • Motivação e comprometimento das equipes com os objetivos estabelecidos. • Desenvolvimento e manutenção das habilidades e conhecimentos necessários para a prestação de serviços de alta qualidade.

Quadro 3: Expectativas das partes interessadas internas.

EXPECTATIVAS EXTERNAS	
Parte Interessada	**Principais Expectativas**
• Tribunal Superior Eleitoral (TSE) • Conselho Nacional de Justiça (CNJ) • Tribunal de Contas da União (TCU) • Alta Administração do TRE-SE	• Avaliação do retorno sobre os recursos investidos em TIC. • Garantia da segurança das informações processadas. • Conformidade com normas e regulamentos aplicáveis. • Identificação dos processos críticos da organização que dependem de TI. • Exploração de novas tecnologias para otimizar a eficiência dos serviços. • Gerenciamento adequado dos riscos associados ao uso de TI. • Compreensão das estratégias adotadas para atender às expectativas. • Cumprimento dos prazos acordados e entrega de serviços com a qualidade desejada
• Coordenadoria de Planejamento	• Avaliação do valor gerado pelos investimentos em TIC.

EXPECTATIVAS EXTERNAS	
Parte Interessada	**Principais Expectativas**
Estratégia e Gestão • Secretários de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade, Judiciário e Gestão de Pessoas • Coordenadores e Chefes de Seção das Secretarias • Chefes de Cartórios das Zonas Eleitorais; • Servidores das Secretarias e Zonas Eleitorais • Terceirizados • Fornecedores	• Garantia da segurança e integridade das informações confiadas ao TRE-SE. • Observância das normas e regulamentos para assegurar a conformidade. • Compreensão dos processos de TI críticos que afetam diretamente suas operações. • Exploração de oportunidades de inovação tecnológica para otimizar processos. • Gerenciamento eficaz dos riscos inerentes à utilização de TI. • Transparência em relação às estratégias adotadas pela STI para atender as expectativas. • Entrega de serviços dentro dos prazos acordados e com níveis de qualidade definidos.

Quadro 4: Expectativas das partes interessadas externas.

5.2 Estrutura da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI)

Conforme estabelecido na Resolução TRE-SE nº 41/2023 (Regulamento Interno da Secretaria do TRE-SE), a STI está estruturada da seguinte maneira:

I – Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI)

II – Coordenadoria de Sistemas Corporativos (COSIS)

a) Seção de Sistemas Judiciais (SEJUD)

b) Seção de Sistemas Eleitorais (SESEL)

c) Seção de Engenharia e Arquitetura de Dados (SEADA)

d) Núcleo de Apoio a Sistemas Corporativos (NAS)

III – Coordenadoria de Infraestrutura (COINF)

a) Seção de Apoio ao Usuário (SEAPU)

b) Seção de Suporte Operacional (SESOP)

c) Seção de Administração de Urnas (SEAUE)

d) Núcleo de Apoio à Infraestrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação (NAI)

e) Núcleo de Apoio a Contratações de Tecnologia de Informação e Comunicação (NAC)

IV – Assessoria de Planejamento e Gestão (ASPLAN-STI)

V – Assessoria Técnica de Ciência de Dados (ASCID)

VI – Assessoria Técnica de Segurança Cibernética (ASSEC)

5.3 Quantitativo de Recursos Humanos da STI

A tabela a seguir retrata o quantitativo de técnicos especializados, categorizados em três grupos principais: servidores efetivos, colaboradores terceirizados e estagiários.

Setor	Servidores	Terceirizados	Estagiários
STI	1	0	0
COSIS	1	0	0
SEJUD	2	0	0
SESEL	2	0	0
SEADA	2	0	1
NAS	1	0	0
COINF	1	0	0
SEAPU	2	6	0
SESOP	2	0	0
SEAUE	3	6	1
NAI	1	1	0
NAC	1	2	0
ASPLAN-STI	1	0	0
ASCID	1	0	2
ASSEC	2	0	0
TOTAL	**23**	**15**	**4**
TOTAL GERAL: 52			

Quadro 5: Distribuição de Recursos Humanos por Unidade na STI

5.4 Identificação de desafios, pontos fortes e pontos fracos

A Análise SWOT, sigla em inglês para Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats) é uma ferramenta estratégica amplamente empregada na avaliação do ambiente organizacional.

No contexto deste Plano Diretor de TIC, a SWOT visa auxiliar gestores na reflexão sobre aspectos internos e externos. Isso inclui avaliar as capacidades (Forças) e deficiências (Fraquezas) internas, identificar oportunidades externas que podem ser exploradas e ameaças que possam afetar os objetivos organizacionais.

Nesta análise, as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças foram examinadas sob a perspectiva da STI, ou seja, considerando o ambiente de TI do ponto de vista da área de informática.

FORÇAS, FRAQUEZAS, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS	
Forças	**Fraquezas**
Presença de profissionais qualificados e capacitados na área de TI.	Falta de um processo eficiente de comunicação e divulgação das iniciativas internas.
Inclinação natural da STI para adotar padrões e modelos de referência reconhecidos no mercado.	Dificuldade na entrega pontual dos projetos e soluções, resultando em atendimento reativo.

FORÇAS, FRAQUEZAS, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS	
Forças	**Fraquezas**
Reconhecimento pelas demais áreas do TRE-SE das competências e habilidades da STI.	Deficiência na documentação e formalização dos processos de trabalho.
Disposição para explorar e adotar novas tecnologias e inovações dentro do ambiente de TI.	Quantidade limitada de profissionais capacitados para atendimento das demandas.
Oportunidades	**Ameaças**
A crescente dependência de Tecnologia da Informação e Comunicação oferece oportunidades para inovação e aprimoramento dos processos internos.	A pressão excessiva dos órgãos de controle pode gerar demandas desalinhadas com a capacidade de execução, resultando em desafios operacionais.
A possibilidade de alinhar objetivos e práticas com os órgãos de controle pode resultar em melhorias e conformidade de processos.	A rotatividade de terceirizados pode acarretar na perda de conhecimento e experiência operacional, afetando a continuidade e a qualidade das iniciativas de TIC.
O suporte da alta administração pode fornecer recursos e diretrizes favoráveis para o avanço das iniciativas de TIC.	A falta de compreensão acerca da complexidade da Tecnologia da Informação e Comunicação pode resultar em expectativas irreais e desafios na implementação de soluções.
A crescente disponibilidade de tecnologias inovadoras, como Inteligência Artificial, Automação de Processos, Computação em Nuvem e Internet das Coisas (IoT), oferece à STI a oportunidade de explorar e integrar essas soluções inovadoras para otimizar processos, promover eficiência e melhorar a prestação de serviços.	A falta de ferramentas para a disponibilização de informações estratégicas pode dificultar a tomada de decisões gerenciais eficazes.

Quadro 6: Análise SWOT

5.5 Análise de Recursos, Tecnologias e Capacidades Existentes

5.5.1 Comunicação e Conectividade

No Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), a infraestrutura de comunicação interliga diversas unidades, garantindo eficiência no tráfego de dados. Os links de comunicação são dimensionados para suportar até 80% da capacidade total, assegurando disponibilidade. Além disso, contamos com links de internet redundantes, fornecidos por diferentes operadoras, também operando sob o mesmo limite de capacidade. Essa estrutura visa manter a continuidade do acesso, mesmo em cenários de falha.

5.5.2 Armazenamento de Dados

Para o armazenamento, o TRE-SE emprega uma solução de gerenciamento eficaz, mantendo a utilização líquida abaixo de 80% da capacidade máxima. Essa abordagem garante tanto a integridade dos dados quanto a possibilidade de expansão contínua para acomodar novas informações.

5.5.3 Processamento de Dados

O Tribunal dispõe atualmente de um número adequado de servidores para

processamento de dados "on-premise". Esses recursos são gerenciados de forma que a utilização média não ultrapasse 80% de sua capacidade máxima, assegurando a continuidade dos serviços, inclusive em situações de falha, e proporcionando margem para picos de demanda.

5.5.4 Segurança dos Dados

Em termos de segurança, o Tribunal adota uma robusta solução de backup. Mantemos cópias de segurança em um local secundário, distinto do principal, proporcionando redundância e assegurando a continuidade dos negócios sob circunstâncias adversas.

5.5.5 Data Center

O Data Center do TRE-SE segue rigorosamente os requisitos mínimos de segurança e disponibilidade, conforme normas nacionais e internacionais. Há também uma réplica do Data Center em uma localização segura e distinta, garantindo operacionalidade ininterrupta mesmo diante de imprevistos.

6. AVANÇOS E REALIZAÇÕES DE TIC

Nesta seção, apresentamos um compêndio detalhado dos resultados alcançados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) no ano de 2023. Este registro ilustra como as decisões estratégicas em tecnologia da informação e comunicação estão alinhadas com os objetivos organizacionais, enfatizando a escalabilidade e sustentabilidade das soluções adotadas.

6.1 Desempenho no iGovTIC-JUD

Anualmente, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) avalia a maturidade em Tecnologia da Informação e Comunicação das entidades judiciárias, cumprindo o que é determinado pelo artigo 11 da Resolução CNJ nº 370/2021. Essa avaliação é fundamental para entender como as instituições estão se desenvolvendo em áreas críticas de TIC.

Na edição de 2023, foi atribuída a nota 88,53 ao TRE-SE, correspondente ao nível “Aprimorado” em maturidade de gestão e governança de TI.

6.2 Deliberações dos comitês relacionados à TIC

Os comitês de Governança e Gestão de TIC se reuniram regularmente em 2023, sendo que o CGovTI tratou da avaliação, direção e monitoramento global das iniciativas de TIC, assegurando que as estratégias estivessem alinhadas com os objetivos organizacionais e regulamentações vigentes.

O CGesTI, por outro lado, concentrou-se na gestão operacional de TIC, abrangendo o planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento das soluções de tecnologia.

As principais deliberações dos comitês estão sintetizadas nos quadros a seguir:

Data	Objetivo	Deliberações
16/5	Apresentação do Painel de Informações Gerenciais de TIC	O painel foi apresentado como uma ferramenta crucial para o monitoramento em tempo real de indicadores e métricas essenciais, auxiliando nas decisões

Data	Objetivo	Deliberações
		estratégicas do Comitê de Governança de TI. Além das funcionalidades de ordenação e filtragem de dados, o painel também permite a exportação dos dados para análises adicionais. Ele é reconhecido não apenas como um instrumento de transparência ativa para a sociedade, mas também como um meio fundamental para garantir a prestação de contas e a transparência do TRE-SE.
6/11	Deliberar sobre a definição de metas específicas para gestores e técnicos de TIC, além do aumento da frequência das reuniões do CGovTI e do CGesTI.	A STI realizou uma análise detalhada dos critérios não atingidos na pesquisa para melhorar o desempenho em ciclos futuros. O TRE-SE reformulou o Plano de Transformação Digital, iniciado em 2021. Projetos notáveis incluem a reativação da solução de agendamento, saneamento de dados para o DATAJUD, integração de sistemas e implantação do Portal de Dados Abertos. A coordenação dos trabalhos foi transferida para o Comitê Gestor das Cartas de Serviços e os Gestores de Serviços. A revisão do plano foi feita em duas fases, incluindo a atualização do inventário de serviços e a identificação e alinhamento de iniciativas de transformação digital.

Quadro 7: Principais deliberações do CGovTI

Data	Objetivo	Deliberações
30/1	Avaliação do PDTIC 2023-2024 e do PDI	Apresentação da minuta do PDTIC 2023-2024, mantendo objetivos estratégicos alinhados com o Planejamento Institucional e a Estratégia de TIC do Poder Judiciário. Categorização dos macrodesafios no Mapa Estratégico com a metodologia "Balanced Scorecard" e conversão em Indicadores de TIC. Monitoramento mensal do PDTIC.
15/2	Revisão de processos de gestão de TI e prazos do PDI	Revisão dos processos de gestão de TIC, adotando a notação BPMN. Necessidade de revisão das datas de alguns projetos do PDI.
31/3	Avaliação do Plano de Contratação de Soluções de TIC 2023	Apresentação do andamento dos processos de contratação de TIC, com foco na segurança da informação. Discussão sobre a falta de pessoal técnico qualificado em contratações de TIC.
28/4	Avaliação dos indicadores de TIC	Discussão sobre os indicadores de TIC em relação às metas e resultados atuais.
11/5	Revisão de valores e priorização das contratações do PCSTIC 2023	Revisão dos custos e investimentos previstos no plano, categorizando os itens de contratação e avaliando a viabilidade de execução das aquisições listadas.
27/6	Análise do questionário iGOV-TIC-JUD 2023	Observação da inclusão de uma nova seção no questionário para aprimorar a avaliação da maturidade de TIC, com redistribuição de pesos e notas dos itens.
10/7	Implementação do Serviço Nacional de Monitoramento de Conformidades de TIC	Discussão sobre a implementação do novo serviço de monitoramento de conformidades de TIC e as preocupações relacionadas.
25/8	Discussão sobre evidências de	Compartilhamento de detalhes sobre a inclusão de

Data	Objetivo	Deliberações
	conformidade e indicador ITIC4	evidências no SNMC-TIC e discussão das ações para atender ao normativo.
25/9	Deliberação sobre projetos do portfólio de TIC	Discussão sobre a priorização dos projetos do portfólio de TIC, com sugestões de continuidade para alguns e adiamento para outros, dependendo da disponibilidade de pessoal e recursos.
10/10	Cientificar o comitê sobre alterações no Plano de Transformação Digital e propor alteração do indicador ITIC2	A responsabilidade pela execução do PTD 2023-2025 foi transferida para o Comitê Gestor da Carta de Serviços, com a Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança apoiando uma abordagem institucional mais ampla. Foi introduzido um novo indicador para monitorar o progresso do PTD, a "Taxa de Finalização de Ações de TIC Vinculadas ao PTD", com uma meta de concluir pelo menos 70% das iniciativas anuais planejadas.
28/11	Apresentação de uma síntese dos trabalhos demonstrados no 83º COPTREL.	O Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação, José Carvalho Peixoto, fez um breve resumo dos projetos e soluções de TIC apresentados no encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (COPTREL), ocorrido em Recife/PE em novembro de 2023. Na ocasião do evento, o Secretário de TIC abordou o tema "Convocação em substituição à Contratação - Uma abordagem alternativa para técnicos de urnas", cuja proposta central foi a convocação de servidores públicos para executar as funções de apoio às eleições. Segundo os dados apresentados, a adoção dessa estratégia resulta em custos significativamente mais baixos e maior satisfação quando comparado à terceirização.
19/12	Avaliar a execução do Plano de Contratações de STIC 2023.	Fernando de Souza Lima, chefe do Núcleo de Análise de Contratações (NAC), destacou que o perfil das contratações de TIC em 2023 revelou uma concentração significativa nas categorias de “Manutenção e Sustentação de Software” e “Equipamentos”. Esclareceu que a ênfase na manutenção e sustentação de software indica que o TRE-SE está focado em manter seus sistemas existentes operacionais, seguros e atualizados para garantir a continuidade dos serviços, a segurança dos dados e a conformidade com normas e regulamentações relevantes. Paralelamente, um investimento significativo em equipamentos revela a estratégia de atualizar e expandir a infraestrutura tecnológica. Essa iniciativa é direcionada para atender aos desafios futuros, conforme estabelecido pela Alta Direção. Entre esses desafios, merece destaque o Plano de Transformação Digital (PTD), que busca expandir os serviços digitais, ocasionando numa maior demanda por processamento de dados e a necessidade de sistemas mais robustos e resilientes.

Quadro 8: Principais deliberações do CGesTI

6.3 Iniciativas relevantes

O quadro a seguir enfatiza as inovações e melhorias implementadas em 2023, categorizadas de acordo com os Macrodesafios de TIC enfrentados pelo Tribunal.

Cada iniciativa é acompanhada pelos benefícios tangíveis que proporcionou, refletindo nosso compromisso contínuo com a eficiência, a transparência e a melhoria dos serviços jurisdicionais.

Macrodesafios	Principais iniciativas	Benefícios
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Desenvolvimento de novos painéis e relatórios gerenciais afetos às áreas administrativa e financeira (Sistema DataAdm@SE)	A solução possibilita a consulta de painéis Administrativos e Financeiros que visam auxiliar na tomada de decisões das respectivas áreas negociais do Tribunal, em especial para o acompanhamento e envio de informações ao CNJ. Novos painéis foram criados, a exemplo de painéis de benefícios, informações funcionais, dados de afastamentos por licença médica, férias, produtividade de servidores (TLP) entre outros, atendendo diversas unidades administrativas do TRE-SE.
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Aprimoramento nos painéis e relatórios gerenciais afetos à área judicial de 1º e 2º graus (Sistema DataJud@SE)	A solução possibilita a consulta de painéis Judiciais de 1º e 2º graus, visando auxiliar na tomada de decisões com o objetivo de identificar pontos de melhoria e possíveis gargalos que possam impactar na produtividade jurisdicional. Foram ajustados os painéis de indicadores internos para acompanhamento do planejamento estratégico do TRE-SE.
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Desenvolvimento de novos painéis e relatórios gerenciais afetos à área eleitoral (Sistema Data@ELO)	A solução permite a consulta de painéis e relatórios relativos a dados eleitorais, a exemplo de eleitores por seção, agregações, locais e seções modificados para o pleito, eleitores com deficiência, estatísticas por faixa etária, grau de instrução, sexo, estatística de atendimentos, etc. Tais informações são importantes para otimizar a comunicação durante o período eleitoral, sendo bastante úteis para os Cartórios Eleitorais, Ouvidoria Eleitoral, Assessoria de Comunicação, Secretaria de Tecnologia da Informação, dentre outras unidades. As principais entregas foram o desenvolvimento de novos painéis de estatística de eleitorado de acordo com novos critérios de pesquisa.
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Realização de atualizações do sistema Atena no âmbito do TRE-SE. O sistema Atena é uma iniciativa do Núcleo de Desenvolvimento Colaborativo da Justiça Eleitoral, constituído pelos seguintes Regionais: AC, CE, GO, MS, PE, PI, RS, RO, RR, SP, SE e TO.	O sistema Atena tem o propósito de automatizar as atividades de extração de dados estatísticos e geração de indicadores de produtividade, que são fornecidos ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As recentes versões ampliam substancialmente as funcionalidades referentes à qualificação dos dados processuais do primeiro e do segundo grau, agilizando o trabalho das unidades envolvidas e fomentando a transparência ativa, na forma da legislação.
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Implantação do SEI 4.0 e adequação de sistemas que se comunicam por meio de APIs.	O Sistema Eletrônico de Informações (SEI), desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), é uma ferramenta de gestão de documentos e processos eletrônicos, tendo como principal objetivo promover a eficiência administrativa por meio de tramitação processual eletrônica. O SEI é amplamente utilizado por órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública. A última versão do sistema implantada no TRE-SE contempla melhorias não apenas no seu funcionamento, como também incorpora requisitos de segurança que aumenta a confiabilidade no

Macrodesafios	Principais iniciativas	Benefícios
		sistema. Com essa nova versão, sistemas desenvolvidos no TRE-SE, que se integram ao SEI, também passaram por modificações para se adequarem à nova API do SEI de comunicação com sistemas externos.
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Evolução no Módulo do SEI para o processo de concessão de diárias e passagens	O módulo de Diárias tem como missão automatizar o fluxo inerente ao processo de solicitação de diárias de magistrados e servidores. Ele se encontra embarcado como um módulo do sistema SEI específico do TRE-SE. A principal mudança nesse módulo foi a sua compatibilização com a versão mais recente do SEI implantada no Tribunal, além de outros ajustes decorrentes de mudanças pontuais nas regras de negócio solicitadas pela unidade gestora da solução.
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Reformulação do módulo do Pré-Eleição para gerenciamento da Frota de Veículos.	O sistema Pré-Eleição é uma solução de planejamento para atividades administrativas que antecedem a realização das Eleições e que são extremamente importantes para os cartórios eleitorais. Nele, são tratadas desde as vistorias de locais de votação, passando pela requisição de veículos aos diversos órgão até chegar à composição de juntas apuradoras eleitorais. Está em fase de desenvolvimento a completa reformulação do módulo já existente de gerenciamento de frota de veículos que são requisitados pelas zonas eleitorais às prefeituras e TRE, com o objetivo de ampliar a sua frota de veículos disponíveis no dia das Eleições. Essa nova versão do módulo promete uma melhor experiência de uso por meio da adoção de tecnologias de desenvolvimento de sistemas mais modernos construídos com programação reativa.
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Desenvolvimento de APIs para comunicação com o Codex.	O Codex é uma plataforma nacional desenvolvida pelo Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) em parceria com o CNJ que consolida as bases de dados processuais e, assim, provê o conteúdo textual de documentos e dados estruturados. Foram desenvolvidos conectores para integração com o Codex com o objetivo de se obter informações processuais diretamente do CNJ para subsidiar na tomada de decisões gerenciais alinhadas com a estratégia do TRE-SE.
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	Evolução no sistema de Despesas para adequação a mudança legal proveniente da Lei 14.133/2021.	O Despesas é um sistema que visa o gerenciamento e controle dos gastos com as despesas motivadas por dispensa de licitação e suprimento de fundos, desde a sua requisição até a seu efetiva liquidação. A maior mudança no sistema foi passar a considerar a linha de fornecimento registrada pelo fornecedor quando do seu cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), vinculada à classe de materiais, utilizando o Padrão Descritivo de Materiais (PDM) do Sistema de Catalogação de Material do Governo federal; ou à descrição dos serviços ou das obras, constante do Sistema de

Macrodesafios	Principais iniciativas	Benefícios
		Catalogação de Serviços ou de Obras do Governo federal, conforme preceitua o art. 4º, §2º, da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 67, de 8/7/2021.
Fortalecimento da Relação Institucional da Justiça Eleitoral com a Sociedade	Desenvolvimento do Portal de BI Institucional do TRE-SE	Portal que concentra em um local único todas as principais soluções na área de BI e painéis estatísticos, facilitando o acesso às informações pelas diversas unidades administrativas e judiciais. Foram incorporados os seguintes painéis: gerenciamento de processos pendentes; desinformação de eleições (apresentado na 6ª Edição da Semana da Avaliação em Escolas de Governo (SAEG), ocorrido em Genebra, na Suíça) e acompanhamento da eleição do conselho tutelar.
Fortalecimento da Relação Institucional da Justiça Eleitoral com a Sociedade	Extração de Dados Processuais para o RDC-Arq (Archivematica/Atom)	O sistema do Repositório Arquivístico Digital Confiável, RDC-Arq, visa garantir a autenticidade, a confiabilidade, a disponibilidade, o armazenamento, o acesso e a preservação dos acervos documentais por longos períodos de tempo ou, inclusive, permanentemente. Foram feitas extrações de dados processuais com o intuito de alimentar o referido sistema para possibilitar o acesso dessa informação digital pelo público externo.
Fortalecimento da Relação Institucional da Justiça Eleitoral com a Sociedade	Prover aspectos tecnológicos para a Política de Dados Abertos	Consiste no refinamento da arquitetura de dados visando a sua abertura ao público externo, provendo solução de gerenciamento de dados, consolidação de documentos técnicos de extração de dados e provimento dos dados em formato aberto para inserção no Portal de Dados Abertos do TRE-SE, sempre levando em conta os aspectos de segurança junto às áreas competentes. Foram feitas as definições e competências de cada unidade em relação ao que será publicado. Os dados já estão consolidados, faltando a publicação em plataforma segura de dados abertos (CKAN).
Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados	Implementação de novo mecanismo de autorização e autenticação em sistemas desenvolvidos internamente.	O Keycloak é um produto *open source* da Red Hat que permite o login único com o gerenciamento de identidades e gerenciamento de acesso, destinado a aplicativos e serviços modernos. O Keycloak, possui a sua federação de usuários regida pelo acesso ao repositório oficial de dados de usuário do TRE-SE, o Active Directory, sendo a sua principal fonte de informações. Além da implantação da ferramenta, foram feitas adaptações nos diversos sistemas desenvolvidos internamente no TRE-SE para que pudessem se integrar e receber as credenciais do Keycloak. Ademais, houve a migração de dados de usuários do antigo sistema de autenticação/autorização para a base de credenciamento no Keycloak.
Garantia dos	Desenvolvimento de módulo do	O sistema Pré-Eleição é uma solução de

Macrodesafios	Principais iniciativas	Benefícios
Direitos da Cidadania	sistema Pré-Eleição para cadastramento de Colaboradores da Segurança Pública.	planejamento para atividades administrativas que antecedem a realização das Eleições e que são extremamente importantes para os cartórios eleitorais. Nele, são tratadas desde as vistorias de locais de votação, passando pela requisição de veículos aos diversos órgão até chegar à composição de juntas apuradoras eleitorais. Está em fase de desenvolvimento um novo módulo que permitirá cadastrar os profissionais de segurança pública que atuarão no dia das eleições fora de seu domicílio eleitoral, permitindo o melhor gerenciamento do voto em trânsito, garantindo, assim, o direito de exercício ao voto àqueles que desejam exercê-lo.

Quadro 9: Principais iniciativas

6.4 Segurança cibernética

A adoção de uma estratégia eficaz de segurança cibernética é fundamental para o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, especialmente no contexto atual de avanço tecnológico e aumento de ameaças digitais. Essa abordagem proativa em cibersegurança não só protege as informações dos eleitores e usuários internos, mas também preserva a confiança no sistema eleitoral, um pilar essencial para o exercício da democracia.

As atividades relacionadas à segurança da informação no TRE-SE são abrangentes e incluem o monitoramento contínuo do ambiente por meio de soluções de cibersegurança avançadas, como SIEM, WAF e XDR, além da adoção de medidas preventivas, como a auditoria periódica de equipamentos e sistemas e avaliação de riscos. Há ainda um acompanhamento rigoroso de indicadores de desempenho relacionados à segurança da informação e de incidentes cibernéticos relevantes, os quais servirão como base para o aprimoramento das estratégias de defesa. Nesse contexto, a Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR) exerce um papel relevante na consecução da estratégia.

Além disso, o TRE-SE implementou as práticas recomendadas da versão 8 dos CIS Controls, fortalecendo ainda mais sua infraestrutura de segurança. Paralelamente, investimos em iniciativas de conscientização e capacitação, realizando treinamentos setoriais, comunicados na intranet e reuniões periódicas com os usuários internos, orientando-os sobre práticas seguras. Para a equipe de cibersegurança, proporcionamos capacitações de alto nível, como participação em eventos renomados e cursos especializados em áreas críticas como Gerenciamento de Endpoints, Gestão e Continuidade de Negócios, entre outros.

Essas iniciativas não apenas elevam o conhecimento técnico da equipe, mas também reforçam a cultura de segurança em toda a organização, assegurando que o TRE-SE esteja sempre à frente nos desafios de segurança cibernética.

6.5 Resultados alcançados em 2023

Os indicadores de desempenho são indispensáveis no contexto deste PDTIC, pois possibilitam a medição efetiva do progresso em relação aos objetivos estabelecidos, facilitam a tomada de decisões baseadas em dados concretos e auxiliam na alocação

adequada de recursos.

Eles também são decisivos para identificar e corrigir problemas rapidamente, além de oferecer uma forma clara e transparente de comunicar o desempenho e os avanços do plano a todos os stakeholders envolvidos.

Em 2023, os resultados alcançados foram os seguintes:

Objetivo Estratégico					
Código		Descrição			
OE-1	Fomentar uma cultura centrada no usuário	ITIC-1	Índice de satisfação dos usuários de TIC	Nota >= 80%	99,47%
OE-2	Apoiar a transformação digital do TRE-SE com soluções inovadoras	ITIC-2	Índice de execução do Plano de Transformação Digital (PTD)	Nota >= 70%	Indicador não apurado em 2023 devido à reformulação do PTD.
OE-3	Promover a melhoria contínua da equipe da STI	ITIC-3	O percentual de execução dos treinamentos de TI registrados no Plano Anual de Capacitação (PAC).	70%	33,33%
OE-4	Fomentar a busca conjunta por soluções	ITIC-4	Índice de Iniciativas realizadas em colaboração com outros órgãos do Judiciário	Projeto >= 1	1
OE-5	Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC	ITIC-5	Índice de avaliação do iGovTIC-JUD	90	87,63
OE-6	Aprimorar as aquisições e contratações de soluções de TIC	ITIC-6	Índice de contratações de TIC realizadas	80%	77,5%
OE-7	Aprimorar a segurança cibernética e a gestão de dados	ITIC-7	Índice de serviços críticos com gestão de riscos	65%	75%
OE-8	Entregar soluções de TIC que satisfaçam as necessidades a um custo aceitável	ITIC-8	Índice de execução do Plano de Demandas Internas (PDI)	70%	75,72%

Quadro 10: Resultados alcançados em 2023

7. MATERIALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE TIC PARA 2024

Para transformar a visão superior em ações efetivas, a estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe é operacionalizada por meio de planos e processos de trabalho estruturados.

Cada inciativa é projetada para abordar diferentes aspectos da TIC, desde o cumprimento de normativas até o desenvolvimento contínuo de pessoal e a modernização de infraestrutura, formando o caminho pelo qual a estratégia de TIC se manifestará em resultados tangíveis.

7.1 Planos e processos de TIC mais relevantes

I. Plano de Trabalho da ENTIC-JUD (PTE) – Trata-se de plano de ação destinado ao cumprimento das diretrizes estabelecidas na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), conforme Resolução CNJ 370/202. O PTE será reformulado em 2024 para se adequar aos requisitos de conformidade

estabelecidos na ferramenta Serviço Nacional de Monitoramento de Conformidades de TIC (SNMC-TIC), disponibilizada pelo CNJ em 2023.

II. Plano Anual de Capacitação (PAC) – Define a trajetória de desenvolvimento dos colaboradores do TRE-SE, especificando objetivos, tópicos de treinamento, critérios de seleção, métodos de entrega e o orçamento dedicado à capacitação anual, observado o modelo de gestão por competência. O PAC corporativo é elaborado pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), de acordo com os requisitos de capacitação informados pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI).

III. Plano de Contratações Anual (PCA) – Representa o planejamento detalhado para aquisições futuras, relacionando os bens, serviços e soluções, incluindo as de TIC, que serão contratados, visando atender às necessidades do próximo ciclo operacional. O PAC é elaborado pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAO), sendo que a versão 2024 foi formalizada por meio da Portaria TRE-SE 1035/2023.

IV. Plano de Transformação Digital (PTD) – Enfatiza o compromisso com a inovação e a eficiência, buscando a desburocratização e a modernização das operações, reforçando a missão de simplificar e fortalecer o relacionamento do TRE-SE com a sociedade. A partir de 2023 o PTD foi reformulado, de modo que a responsabilidade pela coordenação dos trabalhos passou a ser compartilhada entre o Comitê Gestor das Cartas de Serviços de 1º e 2º graus (CGCAS) e os Gestores de Serviços.

V. Processo de Gerenciamento de Continuidade de Serviços – Estabelece protocolos e responsabilidades para assegurar a continuidade operacional dos serviços de TIC, visando reduzir ao mínimo os impactos decorrentes de eventuais interrupções.

VI. Plano de Gestão de Riscos de TIC – Identifica potenciais riscos à segurança dos sistemas e serviços de TIC e recomenda medidas apropriadas para manter os riscos em níveis aceitáveis, promovendo a segurança e a integridade dos ativos de TIC.

VII. Plano de Demandas Internas (PDI) – Consolida projetos e ações destinados à manutenção da infraestrutura de TIC existente e às novas iniciativas que suportarão os processos de negócio fundamentais do Tribunal. O PDI 2024 é apresentado no **Anexo II** deste documento.

Esses planos são complementares e interconectados, cada um contribuindo para a realização dos objetivos estratégicos de TIC do TRE-SE, garantindo que a tecnologia não só atenda às necessidades atuais mas também pavimente o caminho para futuras inovações e melhorias.

7.2 Investimentos em tecnologia da informação e comunicação

No quadro abaixo, apresentamos o orçamento aprovado de tecnologia da informação e comunicação para 2024. Os dados refletem o compromisso contínuo da STI em aprimorar e expandir suas capacidades técnicas e operacionais, garantindo eficiência, segurança e inovação em todas as iniciativas.

Despesa Agregada	Objeto	Valor (R$)
Apoio Técnico e Operacional de TIC	Suporte a Usuários de TIC	249.713,00
Apoio Técnico e Operacional de TIC	Suporte de Infraestrutura de TIC	490.165,00
Apoio Técnico e Operacional de TIC	Apoio ao Desenvolvimento E Sustentação de Sistemas	993.199,00
Aquisição e Desenvolvimento de Software	Licença de Software	6.594,00
Armazenamento de Dados	Emissão de Certificados Digitais	96.622,00
Comunicação e Redes de Dados	Redes de Comunicação de Dados - Backbone	359.277,00
Comunicação e Redes de Dados	Acesso à Internet	17.887,00
Comunicação e Redes de Dados	Comunicação de Dados	99.840,00
Equipamentos de Tecnologia Da Informação e Comunicação	Scanner	89.200,00
Locação e Subscrição de Software	Locação de Softwares	23.400,00
Locação e Subscrição de Software	Subscrição de Sotwares	23.667,00
Locação e Subscrição de Software	Ferramenta de Elaboração de Painéis Gerenciais	432.360,00
Locação e Subscrição de Software	Computação em Nuvem - Software	27.500,00
Materiais de Consumo de Tecnologia Da Informação e Comunicação	Materiais de Consumo de TIC	4.000,00
Materiais de Consumo de Tecnologia Da Informação e Comunicação	Toner para Impressora	44.160,00
Outros Materiais Permanentes e Equipamentos	Nobreak	173.980,00
Apoio Técnico e Operacional de TIC - Segurança Da Informação	Serviços Técnicos Profissionais de TIC	3.424.400,00
TOTAL		**6.555.964,00**

Quadro 11: Orçamento de tecnologia da informação e comunicação

7.3 Metas e indicadores de desempenho

As metas e indicadores de desempenho de TIC para 2024 estão detalhados no **Anexo III** deste PDTIC. Eles foram validados pelos comitês de governança e gestão de TI e estão alinhados com os objetivos estratégicos do TRE de Sergipe, garantindo foco na inovação e eficiência operacional.

Servindo como marcos quantitativos, eles orientarão a execução do Plano Diretor de TIC, permitindo-nos medir o progresso, otimizar recursos e alcançar as metas propostas para o próximo ano. Este alinhamento estratégico é essencial para a transformação digital que buscamos, promovendo uma gestão de TIC eficaz e centrada no usuário.

8. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Dentre os principais desafios que precisam ser superados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, no contexto da tecnologia da informação e comunicação, destacam-se a necessidade crescente de proteção da infraestrutura de redes para coibir a exposição indevida dos dados corporativos, a adoção de serviços em nuvem de forma segura e

econômica e a incorporação de recursos de inteligência artificial nos sistemas e processos de negócio, automatizando tarefas repetitivas, reduzindo custos e eliminando desperdícios.

Em relação às ações futuras, merecem destaque a contratação de plataforma de colaboração em nuvem, o desenvolvimento de modelo de inteligência artificial (iGovTIC), a contratação de serviços de suporte à infraestrutura (Service Desk de primeiro e segundo níveis) e a contratação de serviços de desenvolvimento e sustentação de sistemas.

ANEXO I

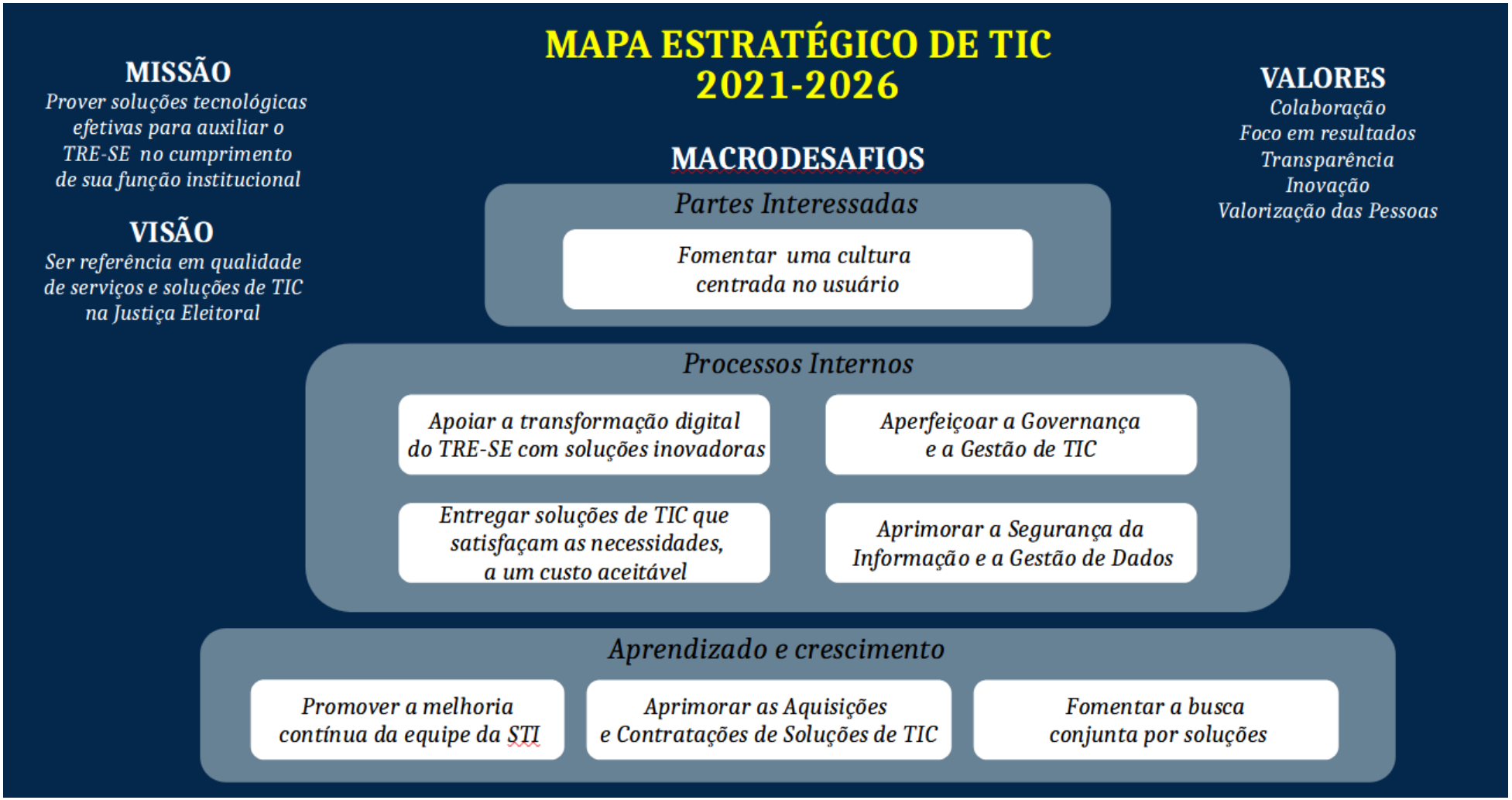
(Plano de Demandas Internas – PDI)

Ação	Descrição	Responsável	Situação	Data Início	Data Fim
1	Prestar assessoria sobre aspectos afetos à área de ciência de dados para a Política de Dados Abertos.	ASCID	Para Fazer	14/02/2023	29/02/2024
2	Apoio técnico à subscrição de licença de uso de software para painéis de BI	ASCID	Para Fazer	02/02/2023	29/02/2024
3	Desenvolvimento de Modelo de Inteligência Artificial (iGovTIC)	ASCID	Para Fazer	01/09/2023	30/09/2024
4	Sustentação do SEI Diárias com implantação do SEI 4.0	COSIS	Para Fazer	09/01/2023	29/02/2024
5	Frota do Pré-Eleição (módulo interno)	COSIS	Em Andamento	09/01/2024	31/05/2024
6	Sistema de colaboradores de segurança pública	COSIS	Em Andamento	02/10/2023	28/06/2024
7	Prover aspectos tecnológicos para a Política de Dados Abertos	COSIS	Em Andamento	09/01/2023	29/03/2024
8	Contrato de Sustentação de Sistemas	COSIS	Para Fazer	08/01/2024	30/08/2024
9	Qualificação e envio de carga completa para CNJ no MTD 1.1	COSIS	Para Fazer	08/01/2024	29/02/2024
10	Sustentação no sistema Pré-Eleição visando as Eleições 2024	COSIS	Para Fazer	01/04/2024	31/10/2024
11	Implementação de políticas de segurança em desenvolvimento de software	COSIS	Para Fazer	08/01/2024	19/12/2024
12	Sustentação do DataJud@SE – reformulação completa da solução	COSIS	Para Fazer	01/03/2024	30/08/2024
13	Sustentação de solução para painéis e relatórios da área Administrativa e Financeira, relacionados a Justiça em Números (CNJ) e TCU	COSIS	Para Fazer	08/01/2024	29/02/2024
14	Sustentação do DataELO - Evolução de BI de dados eleitorais	COSIS	Para Fazer	01/04/2024	31/07/2024
15	Atualização da infraestrutura de desenvolvimento de sistemas	COSIS	Para Fazer	08/01/2024	19/12/2024
16	Sustentação do Portal do Servidor	COSIS	Para Fazer	01/04/2024	28/06/2024
17	Atualização do sistema CONDIRF, do TSE	COSIS	Para Fazer	01/02/2024	31/03/2024
18	Sistema Gestoc - Importação e preparação para 2024	COSIS	Em Andamento	08/01/2024	29/02/2024
19	Sistema Atena-JUD – Configurações, Atualizações e Utilização para Envio de Arquivos	COSIS	Para Fazer	08/01/2024	19/12/2024
20	Validador do CNJ – Atualizações	COSIS	Para Fazer	08/01/2024	19/12/2024
21	Apoio técnico à contratação dos serviços de suporte, manutenção e atualização do SD2000Web	COSIS	Para Fazer	01/02/2024	30/08/2024

Ação	Descrição	Responsável	Situação	Data Início	Data Fim
22	Sustentação do BI do TRE-GO e Evolução do BI Institucional do TRE-SE	COSIS	Para Fazer	01/07/2024	19/12/2024
23	Implantação do BI do TRE-PR	COSIS	Para Fazer	01/02/2024	19/12/2024
24	Implantação do sistema de Agenda do TRE-MA	COSIS	Para Fazer	01/04/2024	30/05/2024
25	Implantação do novo sistema de Remoção do TRE-MS	COSIS	Para Fazer	01/07/2024	30/08/2024
26	Sustentação do Sistema de Ocorrências 2024	COSIS	Para Fazer	01/06/2024	01/11/2024
27	Implantação de Solução de Indicadores do CNJ 2024 (Elastic to Datamart)	COSIS	Para Fazer	01/04/2024	28/06/2024
28	Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados e especializados de comunicação de dados	COINF	Para Fazer	09/01/2023	30/06/2024
29	Aquisição de subscrição de licença de uso de software para painéis de BI, contemplando servidor local de relatórios de BI	COINF	Para Fazer	09/01/2024	31/03/2024
30	Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de suporte à Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRE-SE	COINF	Em Andamento	09/01/2023	29/03/2024
31	Implantação de STIC TRE/SE Atualização do SEI (para versão 4.0)	COINF	Concluída	09/01/2023	31/01/2024
32	Implantação de STIC TRE/SE Atualização do Oracle (para versão 19c)	COINF	Para Fazer	09/01/2023	31/03/2024
33	SUPORTE PARA LICENÇA DO SOFTWARE MÉDICO (Sistema Sd 2000)	COINF	Para Fazer	01/01/2024	20/12/2024
34	SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS	COINF	Para Fazer	01/01/2024	31/12/2024
35	Implantação de STIC TSE SEEU (CRE)	COINF	Para Fazer	01/01/2024	20/12/2024
36	Aquisição de licença de software para gestão de banco de dados ORACLE	COINF	Para Fazer	01/01/2024	20/12/2024
37	Aquisição de licenças de suporte de software (sustentação dos sistemas operacionais Linux em uso no Tribunal)	COINF	Para Fazer	01/01/2024	20/12/2024
38	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados e especializados de comunicação de dados	COINF	Para Fazer	01/01/2024	20/12/2024
39	Renovação da garantia da solução FORTIAUTENTICAR DA FORTINET (apenas fornecimento)	COINF	Para Fazer	01/01/2024	20/12/2024
40	Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de suporte para infraestrutura de TIC de 1 e 2 º Nível (Service Desk de 1 e 2 º Nível)	COINF	Para Fazer	01/01/2024	20/12/2024
41	Inventário com leitura remota de plaquetas de patrimônio	COINF	Para Fazer	01/01/2024	20/12/2024
42	Implementação de novo player para rádio web	COINF	Para Fazer	01/01/2024	20/12/2024

Ação	Descrição	Responsável	Situação	Data Início	Data Fim
43	Implantação do CKAN (ferramanta para atender a Política de Dados Abertos)	COINF	Para Fazer	01/01/2024	20/12/2024
44	Implantação do BI do TRE-PR	COINF	Para Fazer	01/01/2024	20/12/2024
45	Implantação do sistema de Agenda do TRE-MA	COINF	Para Fazer	01/01/2024	20/12/2024
46	Implantação do novo sistema de Remoção do TRE-MS	COINF	Para Fazer	01/01/2024	20/12/2024
47	Contratação de licença anual de plataforma de colaboração em nuvem.	COINF	Para Fazer	01/01/2024	20/12/2024
48	Aquisição de certificados digitais para sustentação da solução Desktop em uso no Tribunal (208 unidades).	COINF	Concluída	01/01/2024	20/12/2024
49	Aquisição de licenças de suporte de software – gerenciamento de containers docker	COINF	Para Fazer	01/01/2024	20/12/2024
50	Concluir a implantação do MFA	ASSEC	Para Fazer	A definir	A definir
51	Aquisições de soluções para cybersegurança	ASSEC	Aguardando	01/04/2024	31/12/2024
52	Serviços Auxiliares de Tecnologia Informação e Comunicação (pregão TSE 20/23 - TELMEX)	ASSEC	Aguardando	01/03/2024	31/12/2024
53	Implementação de diretrizes do CIS Controls 8	ASSEC	Em andamento	01/02/2024	31/12/2024

ANEXO II


MAPA ESTRATÉGICO DE TIC
2021-2026
MISSÃO
Prover soluções tecnológicas efetivas para auxiliar o TRE-SE no cumprimento de sua função institucional
VISÃO
Ser referência em qualidade de serviços e soluções de TIC na Justiça Eleitoral
VALORES
Colaboração
Foco em resultados
Transparência
Inovação
Valorização das Pessoas
MACRODESAFIOS
Partes Interessadas
Fomentar uma cultura centrada no usuário
Processos Internos
Apoiar a transformação digital do TRE-SE com soluções inovadoras
Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC
Entregar soluções de TIC que satisfaçam as necessidades, a um custo aceitável
Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados
Aprendizado e crescimento
Promover a melhoria contínua da equipe da STI
Aprimorar as Aquisições e Contratações de Soluções de TIC
Fomentar a busca conjunta por soluções

ANEXO III

METAS E INDICADORES DE DESEMPENHO						
Objetivo Estratégico	**Indicador**	**O que Mede**	**Quando Medir**	**Como Medir**	**Meta 2024**	**Responsável**
OE1 - Fomentar uma cultura centrada no usuário	ITIC1 – Ìndice de satisfação dos usuários de TIC	A satisfação dos usuários internos com os serviços prestados pela STI.	Mensalmente	O grau de satisfação dos usuários será auferido por meio de formulário disponibilizado pela Central de Serviços de TI. O índice será calculado com base na soma dos percentuais das notas 4 e 5, considerando uma escala avaliativa que varia de 1 até 5.	Maior ou igual a 85%	COINF/SEAPU
OE2 - Apoiar a transformação digital do TRE-SE com soluções inovadoras	ITIC2 – Índice de execução das ações do PTD	O percentual de conclusão das inciativas do Plano de Transformação Digital (PTD) que demandaram o desenvolvimentos de soluções de TIC.	Mensalmente	(Nº de iniciativas concluídas / Total de Iniciativas do PTD no período) * 100 As unidades envolvidas deverão submeter os projetos para aprovação e priorização no Portfólio de TIC e posterior inclusão no Plano de Demandas Internas (PDI).	Maior ou igual a 70%	COSIS
OE3 – Promover a melhoria contínua da equipe da STI	ITIC3 – Índice de execução do PAC	O percentual de conclusão dos treinamentos de TI registrados no Plano Anual de Capacitação (PAC).	Anualmente	(Nº de capacitações concluídas / Total de capacitações TIC incluídas no PAC) * 100. O índice será calculado com base no relatório emitido pela Seção de Desenvolvimento de Competências (SECAP) no final do ano.	Maior ou igual a 70%	STI
OE4 – Fomentar a busca conjunta por soluções	ITIC4 – Índice de Iniciativas realizadas em colaboração com outros órgãos do Judiciário	A participação do TRE-SE em projetos desenvolvidos em conjunto com outros órgãos do Poder Judiciário.	Mensalmente	Realizar, pelo menos, uma parceria com outro órgão do Judiciário para execução de projeto conjunto.	Maior ou igual a 1	STI
OE5 – Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC	ITIC5 – Índice de avaliação do iGovTIC-JUD	A pontuação obtida pelo TRE-SE na avaliação anual de gestão e governança de TIC promovida pelo CNJ.	Anualmente	O indicador será calculado de acordo com critérios estabelecidos pelo CNJ. O resultado será obtido via consulta ao Painel do iGovTIC-JUD do Poder Judiciário.	Maior ou igual a 90	STI
OE6 – Aprimorar as aquisições e contratações de soluções de TIC	ITIC6 –Índice de contratações de TIC realizadas	O percentual de execução das contratações previstas no PCSTIC.	Mensalmente	(Nº de contratações de TIC concluídas / Total de contratações de TIC do PCSTIC) * 100. As contratações planejadas que não forem executadas por motivos alheios à vontade da STI (recursos insuficientes; desistência pela unidade demandante; licitação deserta ou fracassada, etc.) serão excluídas do cômputo do indicador.	70%	COINF/NAC
OE7 – Aprimorar a segurança cibernética e a gestão de dados	ITIC7 –Índice de serviços críticos com gestão de riscos	A evolução das avaliações de riscos dos serviços críticos no período.	Mensalmente	(Nº de aplicações críticas que tiveram os riscos avaliados / Total de aplicações planejadas para avaliação no período) * 100	65%	ASSEC
OE8 – Entregar soluções de TIC que satisfaçam as necessidades a um custo aceitável	ITIC8 –Índice de execução do Plano de Demandas Internas (PDI)	O percentual de conclusão das ações do PDI no período.	Mensalmente	(Nº de ações concluídas / Total de ações do PDI) * 100	70%	STI